

RELAÇÕES DE COERÊNCIA NO PROCESSAMENTO LINGUÍSTICO DA ANÁFORA PRONOMINAL AMBÍGUA

Mahayana Cristina Godoy^{*}
Rodrigo Andrade de Souza^{**}
Jéssica Santos de Oliveira^{***}
Maxwel Alves da Silva^{****}

Resumo: A resolução de anáforas pronominais é um fenômeno largamente estudado na psicolinguística, lançando luz sobre que tipo de informações são acessadas durante a saturação anafórica. Neste artigo, descrevemos e discutimos um experimento de continuação de sentenças cujos resultados indicam que o processo de resolução de pronomes ambíguos depende, em parte, das relações de coerência que o leitor constrói ao longo do texto. Nossos dados se alinham com modelos de processamento anafórico que preveem interação de informações semânticas e pragmáticas na resolução pronominal. Além disso, desafiam modelos para os quais esse processo seria apenas resultado de heurísticas superficiais que se baseiam exclusivamente em pistas estruturais sobre antecedente e anafórico.

Palavras-chave: Psicolinguística, Anáfora, Relações coesivas.

Abstract: The interpretation of pronominal anaphora is a phenomenon widely studied in psycholinguistics, allowing for a better understanding of which type of information is processed during anaphora resolution. In this study, we describe a cloze experiment whose results indicate that the processing of ambiguous pronouns is partially dependent on the coherence relations built throughout the text. Our data align with anaphoric processing models that predict the interaction of semantic and pragmatic information during pronoun resolution. Furthermore, they contradict models of pronoun processing which states that this phenomenon would result from surface heuristics based solely on structural clues from the antecedent and the anaphoric expression.

Keywords: Psycholinguistics, Anaphora, Coherence relations.

Introdução

O fenômeno da resolução pronominal anafórica é foco de uma discussão relevante e extensa no campo da psicolinguística (e.g., AMIT et al., 2017; NIEUWLAND e VAN BERKUM, 2006; NICOL e SWINNEY, 2002), uma vez que a indexação de uma expressão

* Doutora em Linguística (Unicamp) e Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal/Rio Grande do Norte/Brasil). Contato: mgodoy@cchla.ufrn.br.

** Graduando do curso de Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal/Rio Grande do Norte/Brasil). Email para contato: rodrigoandradesouza@outlook.com.

*** Graduanda do curso de Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal/Rio Grande do Norte/Brasil). Contato: je.sanoli@gmail.com.

**** Graduando do curso de Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal/Rio Grande do Norte/Brasil). Contato: maxalves.smg@gmail.com.

linguística a um referente previamente apresentado é fator necessário para a produção e compreensão discursivas. Nesse cenário, uma das principais preocupações teóricas – e sobre a qual nos ocuparemos no presente trabalho – diz respeito às pistas usadas para a resolução de referências pronominais. A fim de termos uma ideia clara de como o problema se apresenta, consideremos, como exemplo, as três histórias abaixo:

- (1) João e Maria foram ao cinema e *ele* pagou o ingresso.
- (2) João e Pedro foram ao cinema e *ele* pagou o ingresso.
- (3) João deu carona a Pedro porque *ele* morava no caminho para *sua* casa.

Na sentença (1), as pistas morfossintáticas são cruciais para a resolução pronominal. Pragmaticamente, sabemos que, no geral, quem vai ao cinema paga um ingresso. No entanto, tanto João quanto Maria preenchem os requisitos para ocupar a posição de sujeito de “pagou o ingresso”, e o que nos faz ligar o pronome a João é a pista estrutural dada pela concordância de gênero. Caso os dois referentes tivessem o mesmo gênero, o pronome permaneceria ambíguo (cf. (2)), uma vez que nem pistas pragmáticas, nem sintáticas poderiam resolvê-lo. No entanto, há casos em que pronomes morfossintaticamente ambíguos podem se resolver por pistas pragmáticas, como vemos em (3). Nesse caso, sabemos que os pronomes destacados se referem, respectivamente, a Pedro e a João. O conhecimento usado para resolvê-los não envolve (apenas) aspectos morfossintáticos, mas, principalmente, conhecimento pragmático sobre o evento denotado pela expressão “dar carona” e as relações estabelecidas entre seus participantes.

Considerando a complexidade das pistas acessadas para a resolução de pronomes anafóricos, o presente artigo se apresenta como um estudo experimental exploratório sobre o uso de informações de cunho semântico-pragmático no processo de interpretação de pronomes ambíguos. Uma série de trabalhos têm se debruçado sobre casos de ambiguidade pronominal para compreender que fatores são considerados pelos sujeitos para, no momento da leitura, construir uma representação discursiva adequada à interpretação pronominal. No campo da psicolinguística, pergunta-se mais especificamente *o que* ocorre no processamento linguístico *online* tão logo o leitor tenha que interpretar um pronome ambíguo (NIEUWLAND et al., 2007; JÄRVIKIVI et al., 2005). Em outras palavras, havendo uma variedade de pistas de diversas naturezas que podem ser usadas, quais seriam preferencialmente acessadas pelo leitor e guiariam a resolução de pronomes ambíguos?

Algumas pesquisas buscaram responder essa pergunta focando nos aspectos estruturais do pronome e do antecedente. É nesse viés que se encaixam propostas que advogam (a) uma preferência por interpretar o pronome como co-referencial ao antecedente que exerce função de sujeito na sentença anterior ao pronome (BRENNAN et al., 1987; CRAWLEY et al., 1990); (b) uma preferência por ligar o pronome correferencialmente à expressão que ocupa a mesma posição gramatical na sentença anterior (CHAMBERS e SMYTH, 1998); (c) uma preferência por ligar o pronome ao primeiro referente mencionado no contexto anterior (GERNSBACHER e HARGREAVAR, 1988). Os dados empíricos obtidos indicam que esses e outros fatores concorrem para a resolução de pronomes ambíguos, mas indicam que não há primazia de uma estratégia frente a outra (cf. JÄRVIKIVI et al., 2005), deixando aberta a questão acerca de como e quando essas pistas são utilizadas.

Recentemente, esses resultados são questionados por pesquisas sobre resolução pronominal que focalizam os fatores semânticos associados ao evento denotado na oração anterior à anáfora, tais como papéis temáticos e aspecto verbal. Ao requisitarem que os participantes de um experimento completassem sentenças como (4), Stevenson et al. (1994) encontraram uma preferência pela interpretação do pronome como correferente à entidade que ocupa o papel temático de alvo da primeira oração (no caso em tela, Pedro).

(4) João entregou a maçã a Pedro. Ele...

Esse resultado vai contra teorias que preveem preferência por interpretar o pronome como correferente ao sujeito, ao primeiro referente mencionado ou àquele com que estabelece um paralelismo gramatical, uma vez que todos esses modelos preveem que o pronome seria preferencialmente interpretado como um índice de retomada do sujeito da sentença anterior. Segundo Stevenson et al. (1994), o fator que guia a resolução pronominal, nesse caso, é uma preferência por interpretar o pronome como correferente ao alvo frente à possibilidade de interpretá-lo como anáfora da fonte. Haveria, portanto, uma heurística baseada em preferências por retomar papéis temáticos específicos. Em estudo posterior, Rohde et al. (2006) compararam como os sujeitos completavam sentenças como (4) e (5) e identificaram que há preferência por ligar o pronome ao referente que ocupa o papel temático de fonte quando o aspecto verbal, através do imperfectivo, indica uma ação incompleta. Quando o verbo era perfectivo, não houve preferência por um ou outro antecedente.

(5) João estava entregando a maçã a Pedro. Ele...

Segundo os autores, o resultado é explicado por um viés relacionado à representação do evento, que ora focalizaria o seu início, quando verbos imperfectivos eram usados, ora o seu estado final, com o uso de verbos perfectivos. Embora essa explicação seja convincente para o caso dos verbos no imperfectivo, ainda é possível questionar seu poder de explicação para os dados como um todo. Se o único fator atuante no processo de resolução pronominal é uma representação discursiva do evento, por que, então, não há tendência de escolha do alvo como referente do pronome ambíguo nas sentenças com verbo no perfectivo, que focalizariam o final do evento? Haveria, então, a interação entre dois fatores para se chegar a resolução pronominal – um deles estrutural, como preferência pelo sujeito ou pelo paralelismo gramatical, e outro de natureza semântica, como querem os autores? Embora não responda a essas perguntas, o trabalho de Rohde et al. (2006) soma-se aos resultados existentes sobre o fenômeno em tela, lançando luz sobre a questão, mas sem identificar como todas as informações (semânticas e estruturais) interagiriam para a escolha do referente.

Diversos autores destacam que a impossibilidade de reconciliar resultados díspares na área de processamento pronominal se deve ao fato de as pesquisas do campo haverem negligenciado o trabalho inferencial que o leitor faz para construir as relações de coerência das frases dentro do texto (cf. KEHLER et al., 2007 para uma revisão). Nessa perspectiva, entende-se que estudar a resolução pronominal sem observar as pistas pragmáticas que advém da construção discursiva é ignorar uma dimensão essencial do funcionamento da linguagem, o que tornaria as propostas centradas nos traços estruturais das expressões linguísticas limitadas e insuficientes para explicar o processamento linguístico da resolução pronominal. Wolf et al. (2004), com base em trabalhos anteriores (KEHLER, 2002; HOBBS, 1979), argumentam que os padrões de resultados observados na literatura - e explicados a partir de pistas estruturais - seriam um epifenômeno de processos cognitivos mais gerais que subjazem ao estabelecimento das relações de coerência entre as orações. Portanto, para além de pistas de natureza estrutural e semântica, haveria ainda um terceiro conjunto de pistas, de ordem pragmática e relacionada à construção da coerência do texto, que guiaria a resolução anafórica.

Para entendermos a proposta dos autores, consideremos, por exemplo, a preferência pelo paralelismo gramatical postulada por trabalhos prévios. Segundo esse modelo, um pronome buscaria seu referente, primeiramente, a partir do antecedente que ocupasse a mesma

posição gramatical da sentença anterior, o que se comprova por meio de estudos empíricos (CHAMBERS e SMYTH, 1998). Rohde et al. (2006) argumentam que o fato de haver paralelismo não se deve a uma heurística motivada por pistas estruturais, mas sim ao fato de o leitor buscar estabelecer pontos de similaridades e/ou contrastes entre os eventos descritos para construir a coerência textual. Tal proposta encontra respaldo em estudos empíricos cujos resultados apontam que é possível anular os efeitos esperados pelo paralelismo gramatical quando os leitores são forçados a construir outras relações de coerência ao longo do texto (WOLF et al., 2004). Dito de outra forma, portanto, a preferência pelo paralelismo seria resultado da construção de uma relação de coerência, e não de uma heurística estrutural que apenas mapearia estruturas sintáticas entre as orações a despeito das inferências discursivas construídas pelo leitor.

Similarmente, outras relações de coerência levariam a outros padrões de interpretação de pronome. Ao tentar estabelecer uma relação de continuidade entre dois eventos, o leitor haveria de focalizar o estado final do primeiro evento. Em situações de transferência de posse, como em (4) ou (5), isso levaria o leitor a eleger o segundo referente como antecedente do pronome, mesmo que tal decisão vá contra o que é esperado por modelos que advogam a preferência pelo paralelismo gramatical ou pelo antecedente que ocupa a posição de sujeito. A tese é corroborada por resultados que indicam que, a despeito das características estruturais de pronome e antecedente, ou mesmo dos aspectos semânticos do evento denotado, as relações de coerência estabelecidas no discurso desempenham papel importante na resolução pronominal (KEHLER e ROHDE, 2013).

Atualmente, há uma ampla gama de pesquisa psicolinguística que trata do processamento de anáforas pronominais em Português Brasileiro (doravante, PB) (e.g., GODOY, 2014; FARIAS et al., 2012; LEITÃO e SIMÕES, 2011). No entanto, não há, segundo conhecemos, trabalhos que tratem da resolução pronominal como um fenômeno derivado, dentre outros fatores, dos processos de estabelecimento de relações de coerência. Por esse motivo, objetivamos verificar se – e de que forma – as relações de coerência influenciam a decisão por determinado pronome referencial em contexto ambíguo no PB, além de investigar a relação entre pistas dessa natureza e outras de ordem estrutural ou semântica.

Através de um experimento de teste de *cloze* cuja metodologia é semelhante ao experimento realizado em inglês por Rohde (2008)¹, verificaremos a hipótese de que quando

¹ Referimo-nos ao experimento 3 da autora.

os leitores são forçados a estabelecer determinadas relações de coerência, a especificidade dessas relações refletirá em diferentes escolhas de antecedente. A partir dos resultados de uma série de experimentos, Rhode (2008) evidencia que, quando os sujeitos estabelecem relações de coerência explicativas, tende-se a resolver a ambiguidade de pronomes em contextos como em (4) associando o pronome ao antecedente no papel de fonte. Isso ocorreria porque, quando se constrói a explicação de um evento, tende-se a destacar o que levou o autor da ação a praticá-la, o que, no caso do evento em (4), leva à focalização da fonte do evento descrito. Por outro lado, os dados da autora também indicam que, quando os leitores constroem uma relação de consecutividade, há tendência em resolver tal ambiguidade ligando o pronome referencial ao segundo antecedente. Isso acontece porque haveria, nesse caso, uma necessidade discursiva de manter em foco o estado final do evento e, por consequência, o alvo de um evento de transferência de posse.

Nas seções seguintes, descreveremos o experimento realizado em língua portuguesa para investigar a questão e que replica, em partes, um dos experimentos de Rohde (2008). Em seu trabalho, a autora manipulou a informação dada aos participantes de um experimento de *cloze* de modo a induzi-los a produzir ora relações explicativas entre as sentenças, ora relações consecutivas. A hipótese de que o tipo de relação de coerência construída influencia a interpretação do pronome foi reforçada pelos resultados da autora e é corroborada pela replicação que fizemos em PB seguindo a mesma metodologia. As semelhanças nos resultados dos dois estudos e as idiossincrasias de nosso trabalho serão debatidos na seção de conclusão.

Materiais e métodos

Para testar a hipótese de que as relações de coerência guiam o processo de interpretação de pronome de modo a sobrepujar pistas de ordem estrutural ou da semântica do evento, construímos 9 sentenças experimentais denotando um evento de transferência de posse. Como vemos em (6), todas as sentenças possuíam dois referentes de mesmo gênero, resultando em um contexto pronominal ambíguo. Segundo teorias de preferência pelo sujeito ou pelo paralelismo gramatical, o pronome seria preferencialmente interpretado como correferente ao antecedente que ocupava o papel de fonte da sentença anterior. Contudo, ao utilizarmos um evento de transferência de posse e elegermos um verbo no perfectivo, a tendência seria, segundo Rohde et al. (2006), de que o pronome retomasse o segundo referente.

(6) Paulo atirou a chave para Mário. Ele...

Além das 9 sentenças experimentais, foram criadas 18 sentenças distratoras que, junto com experimentais, compuseram uma lista de 27 sentenças apresentadas aos participantes de forma aleatória. A apresentação foi feita de forma eletrônica, através da ferramenta *googleforms*. Os participantes receberam um *link* para o experimento e eram convidados a participar de forma voluntária. Foram apresentadas instruções para que os participantes continuassem a segunda sentença de modo a completar o texto começado pela primeira. Antes do experimento, foram fornecidos quatro exemplos já feitos e quatro sentenças de treinamento para familiarizar o participante com a tarefa a ser realizada.

Através de sorteio, um primeiro grupo de voluntários foi instruído a criar as sentenças estabelecendo a relação explicativa, enquanto o segundo grupo deveria guiar-se pela relação consecutiva. Em outras palavras, considerando a sentença (6) - um dos itens experimentais do experimento -, um grupo de participantes deveria dizer o porquê de Paulo ter atirado a chave, e o segundo grupo deveria explicitar o que ocorreria após a ação expressa na sentença. Os dois grupos viram sentenças idênticas, diferindo apenas com relação ao tipo de instrução dada. Desse modo, a instrução dada corresponde à nossa variável independente, e a variável dependente foi a interpretação que os sujeitos deram ao pronome ambíguo.

Os materiais refletem, em parte, o estudo de Rohde (2008), em que nos inspiramos. A única diferença a ressaltar foi o fato de a autora ter duas variáveis independentes: tipo de instrução e aspecto verbal (verbos perfectivos vs verbos imperfectivos, como nos exemplos (4) e (5)). Optamos por não explorar a questão do aspecto verbal para focarmos apenas no efeito do tipo de instrução e relação de coerência construída.

Participantes

Foram coletados e analisados os dados de 140 participantes. Todos tinham entre 18 e 30 anos, eram falantes nativos de português brasileiro e estavam cursando ou haviam terminado um curso universitário. Desses participantes, 62 responderam o experimento sob instrução de construir uma relação explicativa entre as orações (41 do gênero feminino e 21 do gênero masculino, idade média de 24 anos, desvio padrão = 3,2) e 78 receberam a instrução de estabelecer uma relação de coerência consecutiva (52 do gênero feminino, 25 do gênero masculino e 1 não binário; idade média de 23,6 anos, desvio padrão = 3,5).

Resultados

As respostas dos 140 participantes foram submetidas a análises independentes de 3 pesquisadores, coautores do artigo, para verificação quanto ao cumprimento da instrução dada. Cada pesquisador verificou separadamente as respostas de cada um dos participantes para identificar se as continuações dadas a cada uma das sentenças (i) levavam à interpretação do pronome como correferente à fonte ou ao alvo da sentença anterior, (ii) faziam com que a interpretação do pronome continuasse ambígua, (iii) davam a entender que o sujeito não cumpriu as instruções. Na Tabela 1, temos exemplos reais do experimento que foram codificados segundo esses resultados possíveis.

Tabela 1: Tabela de exemplos de classificação dos dados

Paulo atirou a chave para Mário. Ele <i>não queria dirigir</i> .	Pronome faz referência à fonte
Paulo atirou a chave para Mário. Ele <i>havia pedido para ele jogá-la</i> .	Pronome faz referência ao alvo
Paulo atirou a chave para Mário. Ele <i>estava apressado</i> .	Pronome permanece ambíguo
Paulo atirou a chave para Mário. Ele <i>a pegou</i> .	Não cumpre a instrução de construir relação explicativa
Paulo atirou a chave para Mário. Ele <i>finalmente havia vendido o carro</i> .	Não cumpre a instrução de construir relação consecutiva

Um quarto pesquisador, também coautor deste artigo, reuniu os dados das três análises independentes e fez um julgamento final a fim de não restarem dúvidas nos casos em que houve empate de julgamento.

Foram excluídos os dados dos participantes que não obedeceram às instruções de pelo menos um terço das 9 sentenças experimentais apresentadas. No caso da instrução explicativa, foram excluídos os dados de 45 participantes, restando para análise final apenas os dados de 17 voluntários (27,42% dos dados iniciais, 2 do gênero masculino e 15 do gênero feminino, idade média de 23,5 anos, com desvio padrão de 3,5). Já no caso da instrução consecutiva, 13 participantes foram excluídos seguindo o mesmo critério, restando para serem analisadas as respostas de 65 deles (83,33% dos dados iniciais, 22 do gênero masculino e 43 do gênero feminino, idade média de 24,1 anos, com desvio padrão de 3,5).

Por fim, a partir dos dados restantes foram excluídos os registros que evidenciaram a não compreensão da instrução dada (4,7% dos dados restantes para relações consecutivas e 10,4% dos dados restantes das relações explicativas) e as sentenças ambíguas (0,8% dos dados restantes para relações consecutivas e 9,4% dos dados restantes das relações explicativas).

A partir dos dados restantes, analisou-se a proporção de respostas que indicava uma interpretação para o alvo ou para a fonte do evento. Como o número de observações analisadas para os textos com relações explicativas e consecutivas são diferentes (552 para relações consecutivas e 124 para relações explicativas), evitamos fazer comparações sobre os números gerais, limitando-nos apenas a análises que levassem em conta o tipo de instrução (Figura 1). Nas sentenças construídas a partir de uma relação explicativa, houve pequena preferência pelo alvo (48,7%) em relação à fonte (42,33%). Essa diferença, contudo, não foi estatisticamente significativa ($\chi^2 = 0,395$, $p = 0,5296$). Quanto às escolhas de referentes na construção de sentenças consecutivas, houve diferença significativa nos padrões de respostas ($\chi^2 = 464,71$, $p < 0,0001$), com dados que indicam forte preferência por interpretar o pronome como correferente ao alvo (94,6%) comparativamente à fonte (4,5%).

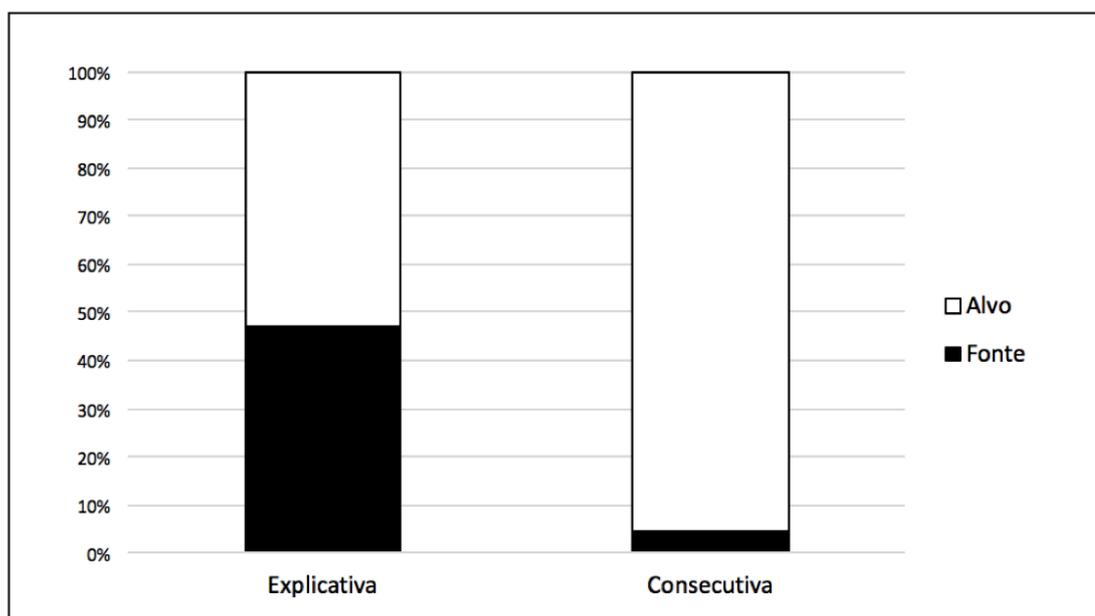


Figura 1. Efeito do tipo de instrução na interpretação do pronome ambíguo

Discussão

De modo geral, os resultados do experimento corroboram a hipótese de que as relações de coerência estabelecidas no discurso influenciam a interpretação do pronome ambíguo em um contexto de transferência de posse. A expressividade dos resultados indica que essas relações constituem um fator decisivo que age durante o processamento linguístico. A partir desse resultado geral, devemos discutir (a) de que maneira as relações de coerência influenciam a interpretação do pronome; (b) como essas relações interagem com outras pistas que podem influenciar a resolução pronominal.

Havia, como argumentamos anteriormente, três fontes de possível influência para a resolução do pronome. A primeira, de caráter estrutural, previa que o pronome seria interpretado como anafórico ao referente que ocupasse o papel de fonte, como preconizado por modelos como o da preferência pelo sujeito, pelo paralelismo gramatical ou pelo primeiro mencionado. A segunda, considerando a influência de aspectos semânticos e focalização de eventos, previa que o pronome retomaria o referente que ocupa o papel temático de alvo, uma vez que o evento de transferência de posse e o uso do aspecto verbal perfectivo fariam com que o foco recaísse sobre o estado final da ação e, por consequência, sobre ele. Por fim, a expectativa era de que o tipo de instrução dada, ao forçar o estabelecimento de um tipo de coerência específica, resultaria em padrões de interpretação de pronome diferentes, a despeito de partirem de sentenças com as mesmas informações estruturais e semânticas.

Não notamos qualquer influência de informações meramente estruturais, visto que não houve prevalência de escolha pela fonte como correferente ao pronome. Entretanto, as análises por tipo de instrução nos mostram que este fator foi relevante para os padrões de resposta. Enquanto houve, de fato, preferência pela posição de alvo quando a relação de coerência era consecutiva, tal tendência não se fez notar nos casos em que se construía relação explicativa. Se a relação de coerência fosse irrelevante para a interpretação pronominal e houvesse influência apenas de aspectos semânticos, as tendências para relações consecutivas e explicativas deveriam ser as mesmas, o que não ocorreu.

Embora seja possível argumentar que a relação de coerência foi relevante para a interpretação pronominal, não é certo qual o papel das informações semânticas no processo. Por um lado, pode-se dizer que essas informações não exerceram influência na resolução pronominal, uma vez que esse processo foi determinado pelo tipo de relação coesiva. Todavia, entendemos que nossos dados também podem sugerir que há uma influência das pistas semânticas que seriam, então, mediadas pela relação de coerência construída durante a resolução pronominal.

Nesse sentido, podemos imaginar que, nos casos de instrução consecutiva, foram dois os fatores que levaram os sujeitos a preferirem a interpretação do pronome como correferente ao alvo: o evento de transferência de posse com verbo perfectivo e a própria relação consecutiva, ambos focalizando o estado final do evento denotado. Por outro lado, quando as instruções levavam à elaboração de relações explicativas, haveria uma incongruência entre a pista semântica dada pela representação do evento e pelo aspecto verbal e a pista provida pela relação de coerência construída. Como cada pista apontava para um antecedente específico, acreditamos que o resultado final foi a anulação de qualquer tendência de interpretar o pronome como correferente à fonte ou ao alvo. Se apenas a relação de coerência fosse determinante para a interpretação pronominal, teríamos observado uma tendência em selecionar a fonte da sentença anterior como antecedente do pronome, o que não aconteceu.

Ao considerarmos que as pistas semânticas colaboraram para o padrão de resultados obtidos, também conseguimos explicar um dado de nosso experimento que não antecipamos: o alto índice de não-cumprimento das instruções experimentais quando a instrução era explicativa. A fim de explicar a relação entre esses dois pontos, convém retomarmos o que predizem os modelos de resolução anafórica que explicam o fenômeno a partir das relações de coerência estabelecida entre as orações.

Os estudos mais recentes que se ancoram em modelos de resolução anafórica centrados em relações de coerência tendem a postular que o processamento linguístico é, pelo menos em parte, guiado por mecanismos de antecipação (KEHLER e ROHDE, 2016). Esses modelos pressupõem que, em contextos restritivos em que uma continuação é muito esperada (e.g., “o lobo mau encontrou a chapeuzinho...”), seria possível ao processador linguístico *antecipar* um item lexical (e.g., “...vermelho”) (cf. KAMIDE, 2008 para uma revisão sobre a relação entre antecipação e processamento linguístico). Do ponto de vista da resolução anafórica, esses trabalhos incorporam em seus modelos a noção de que o leitor antecipa, a partir de pistas contextuais que ajudariam construir o foco do texto, que referentes são mais passíveis de serem mencionados novamente em trechos subsequentes do discurso. Dentro desse quadro, discute-se como o processo de antecipação de um referente impactaria a (ou seria impactado pela) relação coesiva construída. A posição que tomamos aqui prevê que “a coerência discursiva guia a resolução pronominal, e a resolução pronominal guia a coerência discursiva” (WOLF et al., 2004, p. 665). Dito de outro modo, ao mesmo tempo em que uma relação coesiva faz aumentar a preferência por um antecedente anafórico específico, a alta probabilidade de que um determinado antecedente seja mencionado posteriormente pode aumentar as chances de se esperar uma relação coesiva específica. Essa visão vai ao encontro

de modelos que, mesmo assegurando às relações coesivas espaço determinante nos processos de resolução pronominal, não negam a influência de outros fatores, principalmente aqueles relacionados à mudança e à manutenção do foco discursivo e representação do evento (KEHLER, 2002).

Em nosso estudo, entendemos que alguns desses outros fatores de influência podem ter sido a cena de transferência de posse e o aspecto verbal perfectivo, que levariam o leitor a esperar que o referente a ser mencionado na sequência fosse o alvo da oração. Essa previsão é coerente com achados de outros estudos que indicam que, em Português Brasileiro, sentenças como (6) tendem a evocar continuações que interpretam o pronome ambíguo como correferente ao alvo (PINHA e GODOY, 2011). Ao criar expectativas acerca do próximo referente a ser mencionado, seria esperado, também, que a relação coesiva a ser estabelecida refletisse a preferência pela menção ao alvo da ação, e não à fonte. Como a instrução explicativa tenderia a focar na fase inicial do evento e, portanto, no antecedente que ocupava o papel temático de fonte, acreditamos que muitos dos participantes ignoraram a instrução dada de modo a seguir o que lhes parecia mais natural nesse contexto. Não à toa, muitas das respostas dadas que não seguiam a instrução fornecida estabeleciam uma relação de consecutividade entre as duas orações, situação em que o alvo estaria em foco.

Por fim, há de se fazer uma comparação direta entre o presente estudo e o trabalho de Rohde (2008), que o inspirou. De modo geral, ambos os estudos identificaram que os tipos de relações coesivas construídas alteram os padrões de interpretação do pronome. Mais que isso, observa-se que as mudanças seguem a mesma direção: nas duas línguas, relações explicativas aumentam a probabilidade de correferência ao antecedente na posição de fonte da sentença anterior, enquanto relações consecutivas aumentariam as chances de ligar o pronome ao alvo.

Embora experimentos futuros ainda sejam necessários para investigar a relação entre pistas semânticas e as relações de coerência no processo de interpretação de pronomes ambíguos em PB, acreditamos que nossos dados são relevantes para entendermos como se dá o processamento da linguagem, pois nos fazem refletir sobre os fatores que são decisivos nas contínuas interpretações e escolhas envolvidas no processo da compreensão linguística. Nosso experimento fortalece a percepção de que, quando compreendemos uma produção linguística, os sentidos construídos e as decisões tomadas são possibilitados, de maneira relevante e decisiva, pelo estabelecimento de relações de coerência. Como consequência, modelos de processamento *online* de anáforas que ignorem esses aspectos não serão capazes de explicar por completo o fenômeno estudado.

Referências

- ALMOR, A.; MAIA, J. C.; CUNHA LIMA, M. L.; VERNICE, M. V.; GELORMINI-LEZAMA, C. Language processing, acceptability, and statistical distribution: a study of null and overt subjects in Brazilian Portuguese. *Journal of Memory and Language*, v. 92, p. 98-113, fev-2017.
- BRENNAN, S. E.; FRIEDMAN, M. W.; POLLARD, C. J. A Centering approach to pronouns. *Proceedings of the 25th Meeting of the Association for Computational Linguistics*, Stanford, CA, p. 155–162, 1987.
- CHAMBERS, G. C.; SMYTH, R. Structural parallelism and discourse coherence: A test of Centering Theory. *Journal of Memory and Language*, n. 39, p. 593-608, 1998.
- CRAWLEY, R. A.; STEVENSON, R. J.; D. KLEINMAN, D. The use of heuristic strategies in the interpretation of pronouns. *Journal of Psycholinguistic Research*, n. 19, p. 245-64, 1990.
- FARIAS, S. C.; LEITÃO, M. M.; FERRARI NETO, J. Gênero e número no processamento da anáfora conceitual com nomes coletivos em português brasileiro. *ReVEL*, edição especial n. 6. p. 82-109, 2012.
- GERNSBACHER, M. A.; HARGREAVES, D. J. Accessing sentence participants: The advantage of first mention. *Journal of Memory and Language*, 27, 699-717, 1988.
- GODOY, M. C. Idiossincrasias do processamento de pronomes plurais. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- HOBBS, J. R. Coherence and coreference. *Cognitive Science*, n. 3, p. 67-90, 1979.
- JÄRVIKIVI, J.; VAN GOMPEL, R. P. G.; HYÖNÄ, J.; BERTRAM, R. Ambiguous pronoun resolution: contrasting the first-mention and subject-preference accounts. *Psychological Science*, v. 16, n. 4, p. 260-264, 2005.
- KEHLER, A.; ROHDE, H. Evaluating an Expectation-Driven QUD Model of Discourse Interpretation. *Discourse Processes*, abril de 2016.
- KEHLER, A.; ROHDE, H. A Probabilistic Reconciliation of Coherence-Driven and Centering-Driven Theories of Pronoun Interpretation. *Theoretical Linguistics*, n. 39 p. 1-37, 2013.
- KEHLER, Andrew; KERTZ, L; ROHDE, Hannah; ELMAN, J. Coherence and Coreference Revisited. *Journal of Semantics*, n. 25, p 1-44, 2007.
- KEHLER, A. *Coherence, reference, and the theory of grammar*. CSLI Publications, Stanford, CA, 2002.
- LEITÃO, M.; SIMÕES, A. B. G. A influência da distância no processamento correferencial de pronomes e nomes repetidos em português brasileiro. *Veredas*, v.1, p. 262-272, 2011.

MOXEY, L. M.; SANFORD, A.J.; STURT, P.; MORROW L.I. Constraints on the formation of plural reference objects: the influence of role, conjunction and type of description. *Journal of Memory and Language*, n. 51, p. 346-364, 2004.

NICOL, J.; SWINNEY. *The psycholinguistics of anaphora*. In: Barss A. (ed) *Anaphora: a reference guide*. Cambridge: Blackwell Publishing, p. 72-104, 2002.

NIEUWLAND, M. S.; OTTEN, M.; VAN BERKUM, J. J. Who are you talking about? Tracking discourse level referential processing with event related brain potentials. *Journal of Cognitive Neuroscience*, n. 19, p. 228-236, 2007.

NIEUWLAND, M. S.; VAN BERKUM, J. J. A. Individual differences and contextual bias in pronoun resolution: Evidence from ERPs. *Brain Research*, n. 1118, v. 1, 2006.

PINHA, V.; GODOY, M. C. A influência do aspecto verbal na resolução de anáforas pronominais na língua portuguesa. *Encontro Nacional dos Estudantes de Letras*, Goiânia, 2011.

ROHDE, H. *Coherence-Driven Effects in Sentence and Discourse Processing*. University of California, San Diego, 2008.

ROHDE, H., KEHLER, A., & ELMAN, J. L. Event Structure and Discourse Coherence Biases in Pronoun Interpretation. *Proceedings of the 28th Annual Conference of the Cognitive Science Society*, 697-702, 2006.

STEVENSON, R.; CRAWLEY, R.; KLEINMAN D. Thematic roles, focusing and the representation of events. *Language and Cognitive Processes*, v. 9, p.519-548, 1994.

WOLF, F; GIBSON, E.; DESMET, T. Discourse coherence and pronoun resolution. *Language and Cognitive Processes*, v. 19, n. 6, p. 665-675, 2004.

Artigo recebido em: 19/08/2016.

Artigo aceito em: 01/12/2016.

Artigo publicado em: 23/12/2016.